

Classe média negra de Maringá

Rosângela Rosa Praxedes *

Introdução

O estudo sobre a mobilidade social ascendente da população brasileira, em particular o aumento apontado por diferentes estudos demográficos das classes médias em relação aos demais segmentos populacionais, leva-nos a uma reflexão sobre as desvantagens raciais relacionadas à ascensão social dos indivíduos considerados negros. Pesquisas indicam que a sociedade brasileira tem proporcionado algumas oportunidades de mobilidade social aos seus membros.

Em números, a proporção da população de classe média em relação ao conjunto da população brasileira, é de “um pouco mais de 15,4 milhões de famílias de classe média, o que equivaleu a 31,7% do total de famílias existentes no país”. A quantidade de indivíduos que podem ser considerados como de classe média no Brasil, é de cerca de 57,8 milhões de brasileiros.

De acordo com alguns levantamentos de dados, embora a classe média no Brasil tenha crescido em termos relativos e absolutos, entre a população negra esse crescimento foi significativamente menor. Segundo dados do IPEA, a quantidade de negros pertencentes à classe média ainda é muito pequena. Apesar disso, a classe média negra das capitais brasileiras teve um crescimento relativo de 10% entre os anos de 1992 e 1999, chegando ao patamar de um terço da classe média brasileira.

Este estudo refere-se à cidade de Maringá, que está situada ao norte do Estado do Paraná, a 440 quilômetros da capital, Curitiba e a 720 quilômetros da cidade de São Paulo. A população estimada no ano de 2003, segundo o IBGE foi de 300.300 habitantes. A cidade de Maringá está presente no ranking das 100 cidades com maior número de famílias de classe média, em 2005, ocupando a 52ª posição, com um número de 42.700 famílias de classe média.

Com relação à classificação racial realizada pelo IBGE, de acordo com o Censo demográfico do Brasil, em 1991, no Paraná, a população da cidade era de 240.292 habitantes, sendo que a população branca era composta por 177.427 habitantes, a preta era composta por 5.485 habitantes, a parda por 47.541 habitantes, a indígena por 114 e a amarela por 9.683 habitantes.

Convém esclarecer que a questão central que orientou o desenvolvimento deste artigo objetivava evidenciar algumas variáveis que contribuam para a identificação das posições sociais e estilo de vida de indivíduos negros e que indiquem a formação de uma classe média negra em Maringá.

No desenvolvimento deste estudo leva-se em consideração uma representação do espaço social como um espaço em que é possível a ascensão social. Entretanto, os cidadãos negros de classe média muitas vezes desconsideram o fato de o racismo existente na sociedade brasileira tornar suas perspectivas de

ascensão frustradas, o que corresponde a reconhecermos que um conjunto de possibilidades teoricamente existentes, na prática podem se tornar inviáveis para um negro no Brasil, limitando efetivamente o campo de suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pelos negros pode ser convertido em uma posição social correspondente.

Uma hipótese investigada neste artigo é a existência de um determinado padrão de consumo que influenciaria na constituição da identidade dos indivíduos negros, de modo a levá-los a utilizarem-se do consumo como estratégia de distinção e distanciamento em relação aos outros negros, e demais segmentos que se situam na base da pirâmide sócio-econômica do país. Além da busca por um consumo diferenciado, investigamos se o pertencimento a uma categoria de profissionais com nível de escolaridade universitário, com prestígio social, que não desempenha atividades manuais e que possui um nível de remuneração que propicia o consumo mencionado acima, pode também ser considerada uma outra âncora da identidade da classe média negra em Maringá.

Posição social e estilo de vida de um conjunto de indivíduos considerados negros de classe média na cidade de Maringá

Na pesquisa sobre um conjunto de negros de classe média na cidade de Maringá, realizei a aplicação de um questionário que possibilitou o levantamento de informações sobre parte da trajetória e o estilo de vida, abordando origem geográfica, nível de escolaridade dos pais, religião, trajetória educacional, e um conjunto de questões que evidenciassem a posição social e estilo de vida dos informantes. É importante frisar que leva-se em

consideração neste estudo uma ressalva apresentada por Oracy Nogueira, no tocante à constatação da existência ou não de agrupamentos classificáveis segundo “cor ou raça” dos seus membros, uma vez que “...as expressões “grupo preto ou negro”, “grupo branco” ou “grupo pardo” empregadas em relação ao Brasil, têm antes o sentido de conjunto de indivíduos com esta ou aquela aparência física, do que de “grupos sociais”, já que estes implicam uma organização específica, não correspondente à mera soma estatística dos indivíduos” (NOGUEIRA, 1979, p. 89).

A idéia que norteou a elaboração das questões é inspirada no raciocínio de Bourdieu, segundo o qual “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (BOURDIEU, 1996, p. 21).

Para a elaboração deste questionário objetivei coletar informações que possibilitassem a análise das posições sociais ocupadas, relacionadas às disposições, ou *habitus*, segundo Bourdieu, e as tomadas de posição (escolhas) estabelecidas pelos agentes em sua trajetória. Neste sentido, as respostas às questões fornecem informações sobre o espaço social de origem do agente, como o local e ano de nascimento, grau de instrução, tipo de instituição em que realizou seus estudos (escolas e faculdades, particulares ou públicas), grau de instrução e profissão dos pais, dados que possibilitam uma comparação com as posições sociais já ocupadas pelo informante e pelos

membros do seu grupo familiar de origem.

Considera-se, assim, que quanto mais se aproximam as dimensões capital econômico e capital cultural, mais elementos existem em comum, que podem favorecer a identificação e o sentimento de pertencimento a um segmento social. Os dados também possibilitam a constatação de possíveis situações de mobilidade social ascendente do informante comparando com sua posição social atual. Outras questões respondidas trazem informações sobre a possibilidade da existência de marcas de distinção, relações de proximidade ou distanciamento de padrões de consumo e de hábitos mais comuns associados a determinados grupos sociais. Em algumas questões o objetivo era avaliar a posição social ocupada pelo agente relacionando-a a rendimentos pessoais associados ao seu estilo de vida.

Realizei a aplicação dos questionários entre julho de 2004 e fevereiro de 2005. Um aspecto que constatei durante a aplicação do questionário foi que alguns dos informantes sentiam-se constrangidos em falar de situações de discriminação racial sofridas diretamente, enquanto outros discorriam longa e detalhadamente sobre o tema, estes argumentaram sobre as poucas oportunidades de falarem abertamente à respeito de discriminação contra negros em nosso país. Um desconforto aparente surgia na questão referente à escolaridade dos pais, que em geral são analfabetos ou com poucos anos de escolaridade, alguns informantes mostraram-se constrangidos em admitir a pouca ou nula escolaridade dos pais.

“Cor ou raça” e discriminação

Uma das questões iniciais do questionário aplicado refere-se à “cor” do informante. Neste momento é importante ressaltar como se deu a escolha destes informantes, quais os critérios que utilizei-me para classificá-los como negros. Para a classificação de negros recorri à classificação de “cor ou raça” congruente com as reflexões teóricas de Oracy Nogueira (1979) sobre o preconceito de marca existente no Brasil, e utilizei-me também do critério adotado pelo IBGE a de classificação racial, considerando a auto-identificação e considerando negros os indivíduos que se auto-classificam como preto ou pardo.

Por outro lado, a dificuldade de identificação dos informantes que surge quando a questão é cor trouxe-me alguns situações inusitadas. Em certa situação, uma amiga indicou-me uma pessoa para a pesquisa. Minha amiga é “branca” e definiu tal pessoa, que é ocupante de uma profissão prestigiosa e muito respeitada socialmente, como negro. Fui conversar com este informante de pele quase escura, lábios grossos, nariz achatado, cabelos muito crespos, e que, se auto-identificou como branco, o que levou-me a descartar o questionário respondido pelo mesmo. Porém, além da minha amiga, no decorrer da pesquisa mantive contato com outras pessoas que me indicaram este mesmo profissional, pois os viam como negro. Durante a pesquisa outro momento mostrou como a auto-identificação às vezes não coincide com a identidade atribuída pelos outros, a chamada heteroatribuição. Neste caso, o informante se considera um afro-descendente, falou de sua ancestralidade negra miscigenada entre portugueses e espanhóis, mas disse-me e enfatizou que nunca sofreu discriminação racial,

dando a entender que os outros não o vêem como negro, mas sim como um profissional que ocupa uma posição de prestígio elevado. Ocorre porém, que as indicações que me deram sobre este profissional, expressando respeito pelo seu profissionalismo e retidão ética, identificavam-no como negro. E em duas ocasiões, em círculos de conversa em que eu não estava presente, mas no qual participava um outro informante desta pesquisa, só havia brancos e a discussão era sobre problemas envolvendo irregularidades na administração pública da cidade, e as atitudes e encaminhamentos legais defendidos pelo primeiro informante, foram nas duas ocasiões “explicados”, como decorrentes de ele ser negro. Em uma reunião de pessoas influentes na cidade, descontentes com atitudes legais tomadas por este profissional negro, um alto dirigente do campo educacional na cidade de Maringá e no Estado do Paraná, chegou a tecer o seguinte comentário: “não se pode falar isso, mas olha a cor dele”. Ou seja, as atitudes do meu informante não eram aceitas por essas pessoas por motivos políticos e legais, mas a argumentação de refutação de seus atos declinou para a questão racial.

Apesar desses impasses de definições durante o decorrer da pesquisa, ao final escolhi os questionários dos informantes cujo fenótipo não deixa dúvidas sobre a sua ancestralidade negra, mas que ao mesmo tempo assumem a auto-identificação como negros, algumas vezes recorrendo à memória de sua ancestralidade. Em casos mais difíceis considerei a identidade atribuída socialmente para utilizar ou não o questionário aplicado, mas em alguns casos em que o possível informante não é passível de ser classificado como negro no Brasil, nem apliquei o questionário, mesmo que a pessoa

considerasse-se como negro por ter mãe negra

É necessário levarmos em consideração os problemas de classificação de “cor ou raça” mencionados acima, pois os mesmos nos remetem à percepção das dificuldades enfrentadas por esses afro-descendentes com relação à sua identidade, o que corrobora com a afirmação do professor Kabengele Munanga, segundo a qual “...confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológico, é cometer um erro epistemológico notável.” (MUNANGA, 1999, p.108).

Posição social e escolaridade

A partir do questionário aplicado tivemos acesso a algumas informações sobre as posições sociais ocupadas pelos informantes, permitindo uma comparação com as posições sociais já ocupadas anteriormente pelos mesmos, e com as posições sociais ocupadas por seus pais, possibilitando a indicação de “mobilidade social intergeracional”. Também obtivemos informações sobre as origens geográficas, religiosas e educacionais dos agentes sociais pesquisados. Esses indicadores possibilitaram a compreensão das condições sócio-culturais familiares dos informantes.

Dos 32 questionários aplicados, vinte informantes são do sexo masculino e doze do sexo feminino. Esta presença desigual dos dois gêneros foi aleatória, muito embora possa indicar uma maior presença de homens negros que podem ser classificados como pertencentes à classe média, o que condiz com as informações sobre o mercado de

trabalho nacional disponibilizadas pelo IPEA, que apontam as mulheres negras como ocupantes das posições menos prestigiosas e que percebem os menores rendimentos (SOARES, 2000).

Pudemos constatar que os informantes são filhos de pais que na maioria dos casos não tiveram uma quantidade de anos de formação escolar que se aproxime da situação atual destes, ou seja, os informantes fazem parte da primeira geração em suas famílias nucleares que puderam alcançar níveis mais elevados no que se refere à educação formal, tendo acesso à obtenção de títulos que esta proporciona.

Dentre os pais dos informantes, quatro não obtiveram nenhum tipo de instrução escolar, seis cursaram o primário incompleto, quatro eram analfabetos, dois alfabetizaram-se quando adultos, quatro cursaram o ensino secundário ou médio e quatro o ensino superior completo.

Neste sentido os estudos de Pastore e Silva nos indicam que “quando se analisam os indivíduos que estão no estrato baixo-inferior (trabalhadores rurais), verifica-se que mais de 90% têm origem no mesmo estrato. Entre eles, a imobilidade é grande. Quem está nesse estrato é porque, seus pais também estiveram nele. Em outras palavras, para quem está nessa situação, o peso da herança social foi de grande importância” (PASTORE; VALLE SILVA, 2000, p. 50).

Voltando ao questionário da pesquisa recordo que alguns dos informantes apresentaram argumentos interessantes sobre a sua trajetória escolar. Vários disseram que eram alunos que se destacavam em termos de notas e que este foi um dos elementos favoráveis para continuarem os estudos. Outro

aspecto relevante foi dos informantes que estudaram em seminários, obtendo uma base escolar que favoreceu o destaque para estes informantes nos vestibulares de universidades públicas. Para outros, os pais tinham como projeto de vida “estudar os filhos”, como disse uma informante. – “Meu pai era caminhoneiro, estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, mas valorizava tanto o estudo quanto outras formas de conhecimento”. Segundo a informante seu pai lia muitos livros e jornais, e adquirira muito conhecimento através das viagens que fazia a trabalho e, além de obrigar os filhos a serem muito estudiosos, sempre que podia os levava em viagens para o Brasil e países vizinhos. Segundo a informante, esses valores que seu pai passava para os filhos, valorizar a escola, ler, e também procurar conhecer outros lugares e regiões, contribuíram de maneira decisiva no seu desempenho escolar. A informante conclui que talvez por isso tenha sido sempre uma das melhores alunas de seu colégio, e embora não fosse muito disciplinada, pois conversava em demasia assim que terminava as tarefas escolares, conseguiu concluir todas as etapas de estudo, situação não alcançada pelos vizinhos e colegas de infância do bairro de periferia em que morava.

No que se refere às profissões dos genitores, utilizei-me das nomenclaturas atribuídas pelos próprios informantes sobre as profissões dos pais. É necessário esclarecer que quando os informantes referem-se aos pais como agricultores ou lavradores, em ambos os casos, significa que são trabalhadores do campo e que não eram proprietários agrícolas, mas vendiam sua força de trabalho, ou se tratava de meeiro. Outro dado importante é que pedi que nomeassem a profissão dos pais quando estes (informantes) estavam em idade

entre a infância e adolescência e não sobre a atual profissão dos pais.

Ao analisarmos as profissões exercidas pelas mães dos informantes verificamos que entre as mesmas, dezenove (ou seja, a maioria), realizavam trabalhos domésticos, cuidando da própria casa, dos filhos e do marido e foram classificadas pelos informantes como “do lar” ou “dona de casa”. Três eram lavradoras; uma era lavradora e empregada doméstica; duas empregadas domésticas; uma diarista e costureira; uma costureira; uma comerciante e uma zeladora. Apenas três das mães dos entrevistados têm curso superior (1 professora, 1 pedagoga, 1 promotora de justiça).

No que concerne à profissão do pai de cada informante através do quadro abaixo, verifica-se a forte presença de trabalhadores braçais, sem qualificação, sendo que destes, 11 exerciam trabalhos no meio rural (agricultores, lavradores e meiro). As outras profissões que aparecem e que não exigem necessariamente qualificação escolar: ensacador, servente e peixeiro (vendedor de peixe), comerciante, pedreiro, caminhoneiro. Há um sitiante, segundo o informante, um pequeno proprietário que se tornou depois funcionário público. Dos pais que completaram o ensino superior, três ao todo, as profissões exercidas são as seguintes: médico, advogado e escrivão de polícia. Outras profissões que aparecem são: músico, mecânico, funcionário público, comerciante (proprietário de estabelecimento comercial de pequeno porte).

Quanto à profissão dos pais (tanto pai quanto mãe) dos entrevistados podemos concluir que entre as atividades ocupacionais há uma predominância de trabalhos exercidos no meio rural, e trabalhos urbanos que exigem pouca

qualificação, o que era de se esperar em decorrência da baixa escolaridade dos mesmos. Neste sentido, da mesma forma que ocorre quando consideramos o grau de instrução, a distância em que se encontram pais e filhos também é muito acentuada, podendo-se inferir dessa situação uma mobilidade social intergeracional ascendente para a grande maioria dos entrevistados.

As questões discutidas a seguir tratam da escolaridade dos informantes, instituição e curso superior realizado e se os mesmos estudaram ou não em escola particular antes de realizar o ensino superior. Em relação ao grau de instrução do informante apenas dois não cursaram o ensino superior (atualmente são empresários) e um está em fase de conclusão (e atualmente é funcionário público). Todos os demais 30 informantes concluíram pelo menos um curso superior.

Dentre os entrevistados, o curso escolhido com mais frequência foi o de Direito, realizado por 6 dos informantes, seguido pelo de História, realizado por 4 dos informantes. O terceiro curso superior em ordem de preferência dos informantes foi o de Física, realizado por 3 dos informantes. Os cursos de Ciências Sociais, Letras e Matemática foram realizados, cada um, por 2 informantes. Outros cursos que aparecem foram cursados por apenas um informante e são: Geografia, Comunicação Social, Agronomia, Jornalismo, Administração, Pedagogia, Psicologia, Educação Física, Estudos Sociais. Dentre os informantes, cinco realizaram dois cursos de graduação. Embora 19 informantes se dediquem atualmente à docência, ao considerarmos os dados acima, a realização de cursos que atribuem o grau de licenciado e permitem o ingresso nas carreiras do magistério

totalizam mais da metade dos cursos realizados pelos informantes desta pesquisa, o que pode ser entendido como uma tendência nacional também verificada nos cursos avaliados pelo Exame Nacional de Cursos Superiores ENC-2001, no qual se percebe “uma concentração de concluintes negros e pardos/mulatos em alguns cursos específicos” como os de Matemática, Letras, Pedagogia, Química, Física e Biologia. (LOPES, 2002, p. 31).

De acordo com as respostas obtidas, podemos constatar que os informantes estudaram majoritariamente em universidades públicas, 30 respondentes, ao todo, contra 2 que estudaram em faculdades particulares. Por outro lado, apenas 9 informantes estudaram em escolas particulares de ensino fundamental e médio antes do ingresso no ensino superior.

Para compreendermos o que pensam os informantes sobre a sua situação profissional, foi indagado se os mesmos estão satisfeitos com a ocupação atual e condições de trabalho, uma vez que alguns estudos sobre a discriminação de homens e mulheres negros no mercado de trabalho, constata-se que os negros geralmente ocupam cargos que não condizem com seu nível de escolaridade, sendo que esta situação se evidencia mais quanto mais anos de escolarização o indivíduo contar (SOARES, 2000).

No caso dos respondentes ao questionário, as respostas em relação a gostar ou não de seu local de trabalho, mostrou ampla satisfação, pois apenas um não quis responder e todos os demais (31) afirmaram que estão satisfeitos com seu local de trabalho, alguns disseram inclusive que “gostam muito” e até “adoram”. Reforçando a satisfação indicada, apenas três informantes afirmaram que não estão

satisfeitos com a sua profissão, dentre estes, dois são professores do Ensino Fundamental, e argumentaram que a sua insatisfação ocorre em virtude do salário que consideram muito baixo; o outro informante insatisfeito com a sua profissão, atua como vereador e sua insatisfação se deve à “falta de tempo para resolver todos os problemas em que se vê envolvido”, segundo suas palavras. Um outro informante que declarou não ter opinião formada sobre sua satisfação em relação à sua profissão, atua como professor universitário, este me explicou que está satisfeito “em termos”, pois gosta de ensinar e pesquisar, mas considera o ambiente universitário um espaço de conflitos estimulados por “ vaidade e carreirismo que atrapalham quem tem como maior objetivo a competência, o profissionalismo como professor e pesquisador”, segundo as suas palavras.

Levando-se em consideração que o rendimento médio de um trabalhador de classe média no Brasil “...alcança 9,9 salários mínimos mensais, enquanto o total dos chefes de família recebe somente 4,8 salários mínimos, ou seja, 51,5% a menos.” (GUERRA, 2006, p. 85), isso condiz com o nível de renda constatado entre os informantes, ou seja, a renda mensal obtida por 26 informantes situa-os num patamar acima entre 7 e 23 salários mínimos mensais aproximadamente, e apenas 6 informantes percebem rendimento individual entre 3 e 6 salários mínimos mensais, conforme os dados apresentados no quadro abaixo.

Estilo de vida e consumo

Ao analisarmos o local de moradia declarado pelos informantes, percebemos que todos residem no meio urbano e a quantidade que reside no centro ou em bairros centrais é maior do que a quantidade que reside em bairros mais distantes do centro de Maringá. Verificamos que 24 dos informantes possuem casa própria e dentre esses apenas um adquiriu-a por herança. Oito informantes residem em imóveis alugados. Doze dos entrevistados possuem mais do que uma propriedade imóvel e dentre estes nenhum adquiriu-as por herança. Também é indicativo das condições sócio-econômicas dos informantes o fato de que 20 declararam que empregam trabalhador doméstico, sendo que um dos entrevistados têm dois empregados domésticos.

O consumo realizado pelos informantes pode se constituir em uma variável importante para uma discussão sobre as influências do acesso a determinados bens e serviços como simbolicamente representativos da sua posição social e estilo de vida, e que, portanto, pode incidir sobre a construção da identidade de indivíduo negro de classe média.

Deve-se mencionar também que o consumo representa um diferencial importante na caracterização de toda a classe média, especialmente aquele pertencente aos postos de trabalho assalariado”. Por conseguinte, vamos, então, discutir alguns aspectos do padrão de vida individual e familiar dos informantes.

Dos entrevistados, 20 são casados e 12 estão atualmente solteiros. Dos 32 pesquisados, nove não têm filhos e 23 os têm, dentre estes, o número médio da quantidade de filhos por informante é de 2 cada um, apenas um informante têm quatro filhos, quatro têm três filhos e os

outros têm um filho. É flagrante a coincidência entre os dados obtidos relativos aos pesquisados na cidade de Maringá e as informações relativas à classe média brasileira. Segundo Guerra, “quanto ao estado civil, a classe média possui um número maior de chefes de família casados, se comparado à população em geral. Dessa maneira, 2/3 dos chefes de família da classe média são casados, enquanto numa totalidade brasileira, esse número atinge pouco mais de 1/2 da população.[...] “O chefe de família de classe média possui uma escolaridade média quase 40% superior ao do conjunto dos chefes de família que trabalham. Também possui 1,2 filho a menos que o total dos chefes de família do país” (GUERRA, 2006, p. 83-85).

Algumas questões possibilitam conhecermos quais os locais prediletos para os momentos de lazer e se o informante frequenta clubes de acesso restrito aos associados. A variedade de espaços de lazer constatada nas respostas contrasta com a baixa frequência a clubes fechados. Apenas quatro são sócios de clubes mais restritos como o Maringá Clube, *Country Club* de Maringá, Clube Olímpico de Maringá e Clube Hípico de Maringá. Esta informação é indicativa do que é possível constatar nos clubes de lazer da cidade que não são clubes de profissionais de determinadas categorias ou que não são associações profissionais, e apresentam uma quantidade muito pequena de associados negros. Para ser associado de um desses clubes acima nomeados é necessário comprar uma cota, pagar uma mensalidade e ser apresentado por um antigo sócio do clube. Os dois primeiros fatores, de ordem financeira, não aparecem como indicadores decisivos entre esses informantes para a não associação. Por outro lado, a

associação a esses clubes está ligada à participação em redes de relações informais da cidade, nas quais poucos negros estão diretamente ligados. É relevante ressaltar que dentre os poucos informantes (quatro ao todo) que são associados a estes clubes, um não frequenta por que não gosta, somente sua esposa e filhos pequenos vão para o clube; em compensação uma das informantes é sócia e frequenta dois desses clubes, um outro frequenta esporadicamente e o último é frequentador assíduo e já fez parte da diretoria de um desses clubes, neste caso vale ressaltar que entre os quatro que se declararam associados a clubes de lazer da cidade, este é o único ex-atleta, aliás um ex-atleta de futebol que já obteve reconhecimento na cidade, fator que talvez tenha contribuído para que este tenha alcançado postos de direção em que normalmente não se encontram negros em seu clube de lazer. Também pode ser considerado um indicador importante sobre as condições de vida dos informantes o fato de que ao serem indagados se praticam algum esporte, 23 dos entrevistados responderam que sim, ou seja, praticam algum esporte, e apenas nove não praticam nenhuma modalidade esportiva. Os esportes praticados são bem variados (musculação, estepe, futebol, dança, dança do ventre, bocha, natação, capoeira, tênis, vôlei, caminhadas, xadrez, atletismo, academia e basquete). É relevante ressaltarmos que embora a maioria dos informantes pratique atividades esportivas regularmente, como vimos acima, poucos são sócios dos clubes de lazer e esporte da cidade.

Associado ao hábito de praticar esporte, que envolve a posse de informação sobre a importância da atividade esportiva para a saúde e qualidade de vida, e também disponibilidade de

tempo para a atividade, para avaliarmos se os informantes adotam um estilo de vida que pode ser considerado favorável a uma maior longevidade, foi indagado se o informante é ou não fumante e se possui o hábito de ingerir bebidas alcoólicas. Ainda relacionado a um estilo de vida que expressa cuidado com a saúde e a perspectiva de longevidade e qualidade de vida, foi indagado se os informantes possuem plano de saúde, o que implica não só a preocupação com o acesso aos serviços de saúde, mas também uma renda disponível para arcar com a mensalidade do convênio médio. Dos informantes, 26 responderam que têm plano de saúde e apenas 6 declaram que não têm plano de saúde.

Sobre o hábito de tirar férias entre os 32 informantes, apenas três não costumam tirar férias anuais. Dos que tiram férias anualmente, 13 tiram um mês ou mais de férias, 5 tiram de 15 a 20 dias de férias, seis informantes tiram entre 7 e 10 dias anuais de férias. Das questões que referem-se às viagens, percebe-se que poucos não tem o hábito de viajar nas férias, cinco no total. Dentre as variações em termos de quantidade de dias que permanecem viajando nas férias, o mínimo é de uma semana e há os que ocupam as férias toda para viajar, 30 dias ou mais. Dois viajam anualmente para o exterior, e vários utilizam a época das férias também para visitar os parentes que moram em outros Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba entre outros. Um dos informantes afirmou não ter preferência por lugares para viajar e quando se aproximam as férias busca por destinos turísticos elaborados por agências de viagens. Os informantes também foram indagados se já realizaram viagens para outros países.

Algumas questões apresentadas aos informantes permitem o levantamento de dados que podem evidenciar um estilo de vida voltado para o chamado consumo de bens de luxo. Leva-se em consideração, a esse respeito que em um contexto social e histórico em que o acesso ao consumo pode ser uma estratégia para a obtenção e conservação do reconhecimento por parte dos outros.

Levando em consideração tal pressuposto sociológico sobre o consumo nas sociedades modernas, foi indagado se os informantes possuem o hábito de usar perfume e qual a marca do mesmo, em caso afirmativo. Todos os outros informantes têm suas preferências, alguns preferem mais de um perfume. Uma avaliação superficial da listagem acima indica que os informantes da pesquisa utilizam-se de perfumes que embora tenham um valor talvez proibitivo para a maioria da população, são relativamente de fácil acesso no mercado nacional. Quanto à marca de roupa preferida, dentre os entrevistados, 24 responderam que não têm predileção por roupa de determinada marca, neste sentido alguns complementaram que vestem o que “lhe cai bem”; outros são as esposas que compram suas roupas; e outros dizem que avaliam o preço relacionado à qualidade da roupa, mas que não se preocupam com a marca. Apenas oito dos informantes têm preferência por marcas de roupas.

Um outro conjunto de questões refere-se ao padrão de consumo de bens simbólicos. De fato, uma parcela considerável da renda dos informantes é destinada a custear o acesso à informação e ao entretenimento.

Participação política

Podemos observar, ao analisarmos as questões relativas à participação política dos informantes, se existe mesmo uma proximidade no espaço social quanto às concepções e práticas políticas institucionais. Uma das questões apresentadas aos respondentes, diz respeito à sua preferência por algum partido político e em caso afirmativo, qual seria o partido. Dos informantes, 15 afirmaram não ter preferência por partido político, e 17 afirmaram que têm preferência por um determinado partido. Dentre os partidos o PT, é o preferido por 13 dos informantes que têm preferências partidárias, depois aparecem, uma vez o PP, uma vez o PFL, uma vez o PMDB, e uma resposta em que o informante diz preferir partidos de esquerda sem nomear um partido específico.

As informações apresentadas acima indicam que a maioria dos informantes não privilegia a participação política através de partidos políticos, embora um número considerável não despreze esta via de participação. Entretanto, ao correlacionarmos tais informações com as obtidas através da questão seguinte, na qual é indagado se o informante é favorável, contrário, desconhece ou é indiferente às atividades dos movimentos sociais negros, podemos perceber que também está fortemente pronunciada no conjunto dos indivíduos pesquisados a necessidade de participação política através dos movimentos sociais. Dentre os entrevistados, 31 se declararam favoráveis e apenas um afirmou desconhecer as atividades do Movimento Negro.

A questão acima discutida, sobre a favorabilidade dos informantes às atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais negros também

pode ser correlacionada com a questão seguinte, referente à adoção de políticas de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, mais especificamente sobre a adoção de cotas para negros em instituições universitárias. A questão apresentada aos respondentes gerou a necessidade de uma maior e um pouco mais demorada reflexão por parte de vários informantes, que demonstravam sentir muitas dúvidas sobre o tema da adoção de cotas para o ingresso de negros nas universidades, sendo que 20 se declararam favoráveis à adoção de políticas de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, mais especificamente à adoção de cotas para negros em instituições universitárias.

Para finalizar é importante ressaltar o fato de que as informações coletadas também indicaram que os informantes não herdaram uma quantidade de capital econômico que possa ter alavancado o seu processo de mobilidade social ascendente, o que também indica que o acesso à educação escolar de qualidade e a conclusão de pelo menos um curso superior foi o fator que possibilitou a mudança da condição sócio-econômica familiar originária para a atual, indicando a ocorrência de uma mobilidade social intergeracional ascendente. Como vimos, os informantes, em sua maioria, originam-se de famílias pobres ou extremamente pobres, muitos de origem rural, com pais analfabetos ou com pouco estudo formal, que não se enquadrariam em uma definição de classe média. Portanto, os pesquisados compõem a primeira geração de classe média de suas famílias, o que implica que para se adequarem ao campo que permeia as relações de classe média, necessitaram se envolver com um novo *habitus* de classe.

Considerações finais

Ao analisarmos as relações sociais desses indivíduos negros que obtiveram mobilidade social ascendente na cidade de Maringá, pudemos constatar que estes, mesmo ocupando posições valorizadas socialmente, vantajoso poder aquisitivo, acesso a espaços permitidos para uma elite econômica e cultural, continuaram como alvos de preconceito e discriminação racial. Neste sentido, os elementos levantados nesta pesquisa indicam que o racismo em relação aos negros no Brasil, e na cidade de Maringá, em particular, não é apenas um problema provocado pelo pertencimento dos negros às classes sociais populares, como muitos ainda acreditam, mas é resultado de preconceitos raciais arraigados.

Considero que as situações de discriminação narradas podem ser interpretadas de acordo com as formulações de Oracy Nogueira (1979) sobre as relações raciais no Brasil, que indicam que em muitas situações a discriminação aparece como preterição do negro em determinados lugares e situações. Embora não sendo explícita no sentido verbal ou de atitude conscientemente racista, os danos causados por tais acontecimentos, que se repetem durante toda a vida dos negros em uma sociedade racista, ainda não foram devidamente dimensionados por psicólogos, sociólogos, e outros estudiosos do comportamento humano porém, não é difícil perceber as marcas deixadas por tais lembranças. Em alguns depoimentos, os informantes marejavam os olhos no decorrer destes relatos, alguns deixaram que as lágrimas rolassem em suas faces, ou aparentaram conter as emoções para parecerem objetivos nas descrições. As fortes emoções trazidas por essas lembranças foram expressas tanto por homens

quanto por mulheres, militantes de movimentos negros, de partidos políticos ou profissionais distantes de discussões politizadas que se mostraram feridos pelas marcas de um racismo que nem sempre é passível de ser imputado criminalmente como tal.

Pode-se, portanto, confrontando as reflexões acima com os resultados alcançados a partir da aplicação dos questionários junto aos informantes desta pesquisa, apontar uma considerável coincidência entre os elementos definidores dos atributos próprios das classes médias apontados por Guerra (2006, p. 88-89) e as informações fornecidas pelos informantes, que residem e atuam profissionalmente na cidade de Maringá. Em sua quase totalidade estes encontram no trabalho assalariado o meio principal para a obtenção dos seus proventos, ressaltando-se que a sua atuação profissional é resultante do esforço meritocrático de buscar melhores oportunidades de formação cultural, educacional e profissional que oportuniza para cada qual a ocupação de sua posição social e resulta na possibilidade de cultivo de um padrão de consumo que pode ser considerado proibitivo para as camadas populares da população brasileira, mas que está ainda muito distante do padrão de consumo das classes sociais formadas pelos grandes proprietários capitalistas, o que indica, ainda, segundo os resultados apresentados ao longo deste estudo, a ocorrência de um processo de mobilidade social intergeracional ascendente dos informantes em relação aos seus genitores. Outro aspecto a ser ressaltado é que a mobilidade social alcançada se deu em decorrência da adoção de estratégias individuais e familiares dos informantes, e não através dos benefícios gerados pelo

pertencimento a instituições sociais ou agrupamentos associativos.

Com relação à formação de uma identidade coletiva de classe, os indivíduos pesquisados consideram importante a participação política através dos movimentos sociais, entidades representativas de categorias profissionais e partidos políticos. Também cabe recordarmos que nada menos do que 31 informantes dos 32 pesquisados, se declararam favoráveis às atividades dos Movimentos Negros, e 20 se declararam favoráveis à adoção de políticas de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, mais especificamente à adoção de cotas para negros em instituições universitárias. Ao correlacionarmos estas respostas com a auto-identificação dos informantes no que se refere à “cor ou raça”, apresentada no segundo capítulo, de acordo com a qual os informantes se declararam negros; recordando, ainda, que 22 informantes responderam que já foram vítimas de atitudes racistas, podemos concluir que os informantes deixaram bastante explícito o seu sentimento de pertencimento a um conjunto social que é classificado como negro pelos não-negros e possui uma trajetória social própria de sujeitos que também se auto-identificam como negros.

Pode-se considerar, então, que os informantes desta pesquisa estão em processo de formação identitária no que se refere à sua auto-identificação como negros e como membros de uma classe social, buscando para si e para seus descendentes formas de relações sociais e políticas, posições sociais e estilos de vida vinculados a um padrão de consumo diferentes das condições de vida dos seus genitores, o que permite que os consideremos como uma camada social em formação na cidade de

Maringá a partir da sua inserção no espaço social e político da cidade como negros de classe média.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas, Papirus, 1996.

GUERRA, Alexandre / POCHMANN, Marcio / AMORIM, Ricardo / SILVA, Ronnie. (Orgs.) *Classe Média desenvolvimento e crise*. São Paulo, Cortez, 2006.

LOPES, Ana Lúcia. "Alunos negros-mestiços concluintes do Ensino Superior": In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. (orgs.) *Seminário O negro no Ensino Superior*. NUPES, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo, Universidade de São Paulo, dezembro de 2002.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. "Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil". In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

_____. *Político Negro, Negro Político*. São Paulo, Edusp, 1992.

Secretaria de Planejamento do Município de Maringá. *Perfil da Cidade de Maringá*. Prefeitura do Município de Maringá, 1996.



* **ROSÂNGELA ROSA PRAXEDES** é Mestre em Ciências Sociais (PUC/SP) e doutoranda em Ciências Sociais (PUC/SP).